

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL
Centro de Estudos Multiculturais
Pós-Graduação em Ensino de Português como Língua Não
Materna



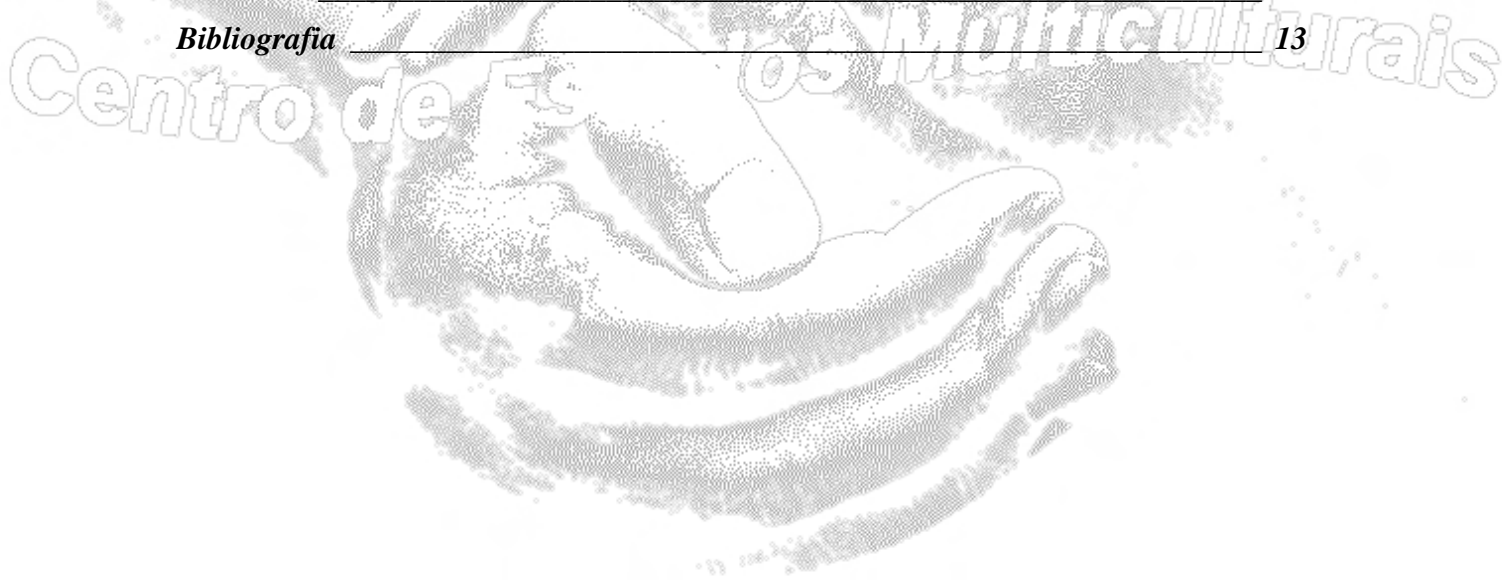
Centro de Estudos Multiculturais

**A ESCOLA MULTICULTURAL E O
ENSINO DO PORTUGUÊS LÍNGUA
SEGUNDA**

Isabel Maria Araújo Bernardo

Índice

Introdução	3
I. Educação Intercultural e Educação Multicultural	4
I.1. Conceitos	4
I.2. A Imigração em Portugal.	5
I.3. A Legislação para uma Educação Multicultural	6
II. O professor de Português L2 na escola multicultural	7
II.1. A importância do ensino de Português L2 e dificuldades encontradas pelos alunos.	7
II.2. A Abordagem comunicativa no Ensino de Uma Língua.	9
II.2.1. Ouvir	9
II.2.2. Falar	10
II.2.3. Ler	10
II.2.4. Escrever	11
Conclusão	12
Bibliografia	13



Introdução

Portugal foi, durante séculos, um país de Imigração. Primeiro, na época dos Descobrimentos, o país foi testemunha da saída de muitos homens que buscavam aventura nos quatro cantos do mundo. Mais tarde, devido às vicissitudes de um país pobre, Portugal testemunhou a saída de muitos homens à procura de dias melhores.

No entanto, a partir das últimas décadas do século XX, a nossa sociedade tem acompanhado a mudança dos tempos: o crescimento da população e a vinda de pessoas de diferentes origens, culturas ou religiões. Colocam-se agora questões em relação a essa mudança. Como receber essas pessoas e integrá-las na sociedade? Como ajudar para que haja uma relação harmoniosa, com base no respeito entre as minorias e os que não pertencem a essas minorias?

Mas não só a sociedade sofre mudanças: também a Educação. A escola é um dos principais elementos que sofre com a mudança das sociedades. Se estamos a viver numa sociedade, cada vez mais multicultural, as escolas estão, igualmente a ter uma população de jovens de diferentes origens culturais e, até mesmo linguísticas. Neste caso, reconhecemos a importância que tem a escola, no sentido de construir um sistema que respeite essa Multiculturalidade da sua população escolar: falamos da necessidade de implementar uma Educação Inter e Multicultural, que respeite a diferença dos seus alunos e os prepare para a vida em sociedade.

Por outro lado, para além de uma política multi e intercultural nas escolas, passando por reformas e formação de professores, temos que reconhecer, igualmente a importância do ensino do Português, enquanto língua oficial do país que acolhe as minorias. Se antes, a maior parte dos governantes se preocupavam na necessidade de promover meios em divulgar e promover o Português Língua Materna no meio das comunidades emigrantes e, desta forma, fora das fronteiras do país, o ensino de Português, enquanto Língua Segunda, tornou-se igualmente numa preocupação, desta feita, dentro do seu território. A Língua Portuguesa, não só é vista, agora, como um principal veículo de transmissão de valores culturais dos nossos emigrantes, como também se tem tornado num instrumento extremamente importante para a integração das minorias no nosso país.

Desta forma, este trabalho tenta, de uma forma geral, numa primeira parte, tentar analisar e descrever aspectos relacionados com a Educação Multicultural e o que tem sido feito em Portugal, nesse âmbito. A segunda parte será sobre a importância do ensino de Português, como Língua Segunda, no sentido de ser um dos principais condicionadores para integração dos imigrantes, na nossa Sociedade.

I. Educação Intercultural e Educação Multicultural

I.1. Conceitos

As sociedades, durante os últimos tempos, têm-se transformado, tornando-se mais heterogêneas a nível cultural, religioso e racial. Perante isso, houve, durante o início do século XX e meados desse mesmo século, altura em que essas transformações eram cada vez mais evidentes, uma maior preocupação em desenvolver teorias relacionadas com os conceitos de Multiculturalismo e Interculturalismo. Esses conceitos, não só tiveram uma maior preocupação em torno de teorias sociais, como também em torno de teorias relacionadas com a Educação. Desta forma, surgem, igualmente, os conceitos de Educação Multicultural e Educação Intercultural.

Considera-se, por muitos, a Educação Multicultural, como sendo um “conjunto de estratégias baseadas em programas curriculares que expressem a diversidade cultural e estilo de vida, tendo em vista promover a mudança de percepções e atitudes que facilitem a compreensão e a tolerância entre indivíduos de origens étnicas diversas”¹

A esse conceito acrescenta-se uma dimensão de educação anti-racista, no sentido de promover a igualdade e respeitando a individualidade de cada um.

Por outro lado, a Educação Intercultural implica, pela sua etimologia, uma dinâmica entre grupos. O termo “inter” indica uma relação entre vários elementos diferentes, dinamismo e interacção. O termo Multiculturalismo apenas ajuda a reconhecer a diversidade cultural que existe num dado grupo, não indicando qualquer ideia de interacção. Sendo assim, “a aceção generalizada do termo interculturalismo, faz referência à inter-relação entre culturas. Os termos Multiculturalismo e pluriculturalismo denotam simplesmente a justaposição ou presença de várias culturas numa mesma sociedade.”² Sendo assim, a Educação Multicultural surge, apenas, como o reconhecimento da diversidade que existe numa população escolar. A escola, nesse sentido, adapta um programa curricular que esteja de acordo com essa realidade. Por outro lado, a Educação Intercultural, visa, acima de tudo, uma dimensão mais dinâmica entre grupos sociais e culturais, na escola e fora dela, no sentido de promover uma sociedade em diálogo permanente e baseada na igualdade e tolerância. Resumidamente, a Educação Multicultural é a construção de ideias teóricas sobre a realidade multicultural que existe numa escola e a Educação Intercultural é a colocação dessas ideias em prática, com projectos que mobilizem os alunos e os ajudem a se tornarem em verdadeiros cidadãos, numa sociedade tolerante. Segundo Sales e Garcia³ os objectivos principais de uma educação intercultural, são:

- Oferecer condições para a igualdade de oportunidades educativas e **participar activamente** na sociedade e na transformação da cultura, dentro de uma sociedade democrática em que se formam novas gerações de cidadãos críticos que tomam decisões públicas para o desenvolvimento das estruturas e práticas sociais e culturais;
- Valorizar a diversidade e respeitar a diferença como elemento dinamizador e enriquecedor na interacção entre pessoas e os grupos humanos. A inter-relação destes objectivos é a que melhor define o modelo intercultural porque a interculturalidade só pode ser entendida como igualdade na diferença, como a possibilidade de instaurar um

¹ Carlos Cardoso, *Diferenciar Pedagogias para Promover Igualdade. Porquê?, Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem*

² Filipa Bizarro Miranda, *Educação Intercultural e Formação de Professores*, pág. 19

³ Sales e Garcia López, *Programas de Educación Intercultural*

verdadeiro diálogo entre diferentes culturas que procurará ser enriquecedor e não discriminatório;

- Procurar valores comuns que possam dar sentido à interculturalidade como pontos de referência axiológicos para desenvolver ideologias, políticas e modelos educativos num mundo plural, ameaçados por um certo relativismo pós-moderno, através de estratégias comunicativas, sociais e educativas baseadas no diálogo, como forma de intercâmbio de perspectivas culturais e busca de consensos e modelos culturais e sociais alternativos;

- Tomar consciência das práticas sociais e educativas e colectivas que resultam de atitudes estereotipadas e preconceitos étnicos, culturais, sexuais ou sociais e desenvolver habilidades cognitivas, afectivas, comportamentais, pessoais e sociais para transformar estas práticas e as estruturas que determinam e legitimam o racismo para evitar a sua produção (preconceitos individuais) e a sua reprodução ideologias institucionais);

- Desenvolver as competências multiculturais: conhecer, entender e valorizar diferentes percepções culturais para superar os etnocentrismos paralisantes e discriminadores;

- Favorecer o desenvolvimento de uma identidade cultural aberta e flexível.

1.2. A Imigração em Portugal.

Numa época frequentemente designada como a era da globalização, a Educação vê-se confrontada com problemáticas diversas, uma delas é a diversidade multicultural que se encontra nas escolas dos nossos dias. Por toda a Europa e, em particular, em Portugal, a escola, que anteriormente era apenas acessível aos privilegiados, tornou-se democratizada e a “educação para todos” abriu as possibilidades de todos os jovens terem a ela acesso. O ensino obrigatório estendeu-se para mais anos e, com isso, a entrada para a vida activa ficou para mais tarde. Desta forma, a escola tem recebido, no seu espaço, uma grande diversidade entre a população estudantil, em relação ao sexo, idade, origem social e económica e, finalmente, racial, cultural e religiosa. De facto, ao longo dos últimos tempos, as sociedades ocidentais, em particular a portuguesa, tem vindo a crescer e a tornar-se cada vez mais plural e heterogénea. Portugal tem sido o país de escolha para muitos imigrantes, numa tentativa de melhorar as suas condições de vida. Até então, Portugal tinha sido um país de emigrantes. Até aos meados do século XX o país recebeu vagas pontuais de imigrantes que vieram para cá, apenas por razões comerciais, como os ingleses que se instalaram no norte do país para controlar a produção e a comercialização do vinho do Porto; por motivos de perseguição política ou religiosa, como os nobres russos que se exilaram após a revolução de Outubro, e os judeus fugidos da perseguição nazi. No entanto, para muitos desses exilados, Portugal era apenas um ponto de passagem. Apenas a partir dos meados do século XX, é que se pode falar de uma verdadeira Imigração no nosso país. No período do conflito no Ultramar, deram-se significativos movimentos de retorno de nacionais da Índia, Moçambique e Guiné. A partir dos anos 60 e 70, numerosos indivíduos vieram estabelecer-se em Portugal. Muitos deles, eram provenientes das então colónias de África. Com a independência dos países africanos, em 1975, muitos desses imigrantes passaram a ser portadores de novas nacionalidades. Nos anos 80 e 90, verificou-se um aumento de movimento imigratório a partir dos países africanos lusófonos, nomeadamente do Cabo Verde. A estes juntaram-se os naturais do Brasil.

Na década de 90, verificou-se, igualmente, o movimento imigratório dos países da Europa do leste.

E com a imigração e a diversidade cultural, que caracteriza, hoje em dia, a nossa sociedade, a escola portuguesa não pode ignorar, a diversidade cultural dos seus alunos. Cerca de 90000 alunos que frequentam o sistema educativo português, são estrangeiros. A grande maioria desses alunos que frequentam as escolas têm origem cultural dos países das ex-colónias e apesar de serem provenientes de países de língua oficial portuguesa, têm como língua mãe uma outra. Desta forma, muitos desses alunos têm tido dificuldades de integração.

Todos esses dados não podem ser ignorados e tem havido algum esforço por parte da legislação portuguesa para a Educação, em reconhecer a necessidade de uma política multicultural. Nesse sentido, abordaremos no próximo tópico, o que tem sido feito em termos de legislação sobre a Educação Multicultural.

1.3. A Legislação para uma Educação Multicultural

A Lei de Bases do Sistema Educativo, como legisladora de princípios pelo qual o sistema de ensino português se rege, mostra que houve uma evolução em relação a uma legislação que reconhece a variedade cultural nas escolas. A Lei de Bases de 1986 não surge ainda com uma referência explícita, abordando e reconhecendo, apenas claramente três exemplos de minorias: os “indivíduos com deficiências físicas e mentais” (artigo 17^a e 18^o) e os jovens de ex-emigrantes portugueses (ponto 4 do artigo 63). Já nos princípios orientadores que se encontram no texto *Organização Curricular e Programas do Ensino Básico*, de 1991 encontramos um posicionamento mais adaptado às novas realidades, defendendo os seguintes objectivos para o aluno:

- “conhecer a língua portuguesa como instrumento de transmissão e criação de cultura nacional, aberta a outras culturas”;
- “Compreender o significado e implicações do nosso relacionamento com outros espaços socio-culturais e económicos e suscitar uma atitude responsável, solidária e participativa.”;
- “fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e compreensão internacionais”.

No mesmo sentido, encontra-se no Programa de Português (3^o ciclo) o seguinte:

- “contribuir para a identificação crítica do aluno com a literatura e outras manifestações da cultura nacional e universal”;
- “propiciar a valorização da língua portuguesa como património nacional o factor de ligação entre povos distintos.

De uma forma geral, e tendo em conta estes princípios encontrados, quer na Lei de Bases, quer no Programa de Português, existe uma maior sensibilização perante as questões relacionados com a Educação Multicultural. Para além da legislação, encontram-se uma série de programas educativos no âmbito do projecto Sócrates, projectos de investigação e programas de formação contínua a professores para os sensibilizar face à realidade escolar multicultural de hoje.

Apesar dos esforços, muitos consideram que a escola tem mantido um papel normativo, direccionado apenas para programas e planificações monoculturais, para alunos com referentes linguísticos e culturais comuns. Essa atitude não é a mais adequada. O papel da escola, em geral, e dos professores, em particular, tem que ser repensada. Cada vez mais faz sentido em falar do professor enquanto mediador cultural, que ajuda o aluno a se preparar para a vida activa e a se tornar num cidadão, pleno de direitos, na sociedade que o acolhe. Desta forma, é dada uma maior importância à

formação contínua de professores, para consciencializá-los e prepará-los para a construção de métodos, pensados na heterogeneidade cultural dos seus alunos.

II. O professor de Português L2 na escola multicultural

Tem havido, de facto, uma preocupação em apostar na formação de professores, tendo em conta o seu papel, enquanto mediador cultural e respeitador das diferenças. Nesse sentido, para além dos projectos, já atrás mencionados, tem sido feita uma série de acções de formação contínua acreditadas por todo o país, com o intuito de abordar e consciencializar professores, face às variedades culturais encontradas nas suas escolas. No entanto, apesar dos esforços que têm sido feitos, muitos professores continuam distanciados no que diz respeito a questões multiculturais que caracterizam os seus alunos.

Através de um estudo coordenado pela professora Filipa Bizarro Miranda, apresentado no seu livro, *Educação Intercultural e Formação de Professores*, em que foi feito um inquérito a professores do 3º ciclo do ensino básico e secundário, foram concluídos vários aspectos, dentro dos quais seleccionámos os seguintes:

- A maior parte dos professores do 3º ciclo já ouviram falar da educação intercultural, mas não possui formação;
- Já trabalhou com turmas multiculturais e reconhece que muitos alunos, provenientes de diversas etnias, se encontram desintegrados;
- A presença de alunos pertencentes a grupos étnicos/culturais diferentes provoca problemas relacionados com professores;
- A maioria dos conflitos encontrados é provocada por vários factores: ao *deficit* intelectual, académico, linguístico; aos seus diferentes hábitos comportamentais e ou culturais, aos seus diferentes valores, crenças e motivações;
- Os professores não reconhecem a pedagogia intercultural na sua prática pedagógica;
- O domínio da Língua Portuguesa é factor preponderante na obtenção de sucesso escolar dos alunos de diversas etnias e/ou culturais.

II.1.A importância do ensino de Português L2 e dificuldades encontradas pelos alunos.

Neste último ponto é clara a importância que a Língua Portuguesa tem para esses imigrantes, pois é através dela que têm que se comunicar no dia a dia. Sendo assim, um bom domínio da língua oficial da escola e do país que os acolhe é uma prioridade: “No espaço nacional, o Português é a língua oficial, a língua de escolarização, a língua materna da esmagadora maioria da população escolar e a língua de acolhimento das minorias linguísticas que vivem no país. Por isso, o domínio da língua portuguesa é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao acolhimento, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional e no exercício pleno da cidadania”⁴

Desta forma, a aprendizagem do Português é essencial para esses imigrantes poderem ter mais possibilidades de ascensão social, evitando a exclusão e os problemas sociais.

⁴ Currículo Nacional do Ensino Básico, pp 30-36

Na escola, os alunos, filhos de imigrantes, entram em contacto com uma língua que não é a Materna. O português para esses alunos acaba por assumir um estatuto diferente, pois nem é a sua língua materna, nem é uma língua estrangeira, mas sim uma Língua Segunda. De uma forma geral, para fazer uma distinção clara entre Língua Segunda e Língua Estrangeira, a “*Língua Segunda é a língua oficial e escolar, enquanto língua estrangeira, apenas espaço da aula de língua*”⁵.

Sem a aprendizagem dessa Língua Segunda, o aluno estrangeiro, não consegue ter sucesso escolar, não só na disciplina de Português, como também em todas as outras disciplinas. Como consequência não consegue se integrar dentro e fora da escola. Já vimos a importância da escola e do professor para a integração desses alunos. No entanto, acabamos por reconhecer que o professor de Português, ao enfrentar uma turma heterogénea em termos culturais e linguísticos, acaba por assumir uma dupla importância – o de professor que reconhece essa diversidade e tenta utilizar métodos que estejam de acordo com a variedade cultural dos seus alunos, e o de professor de língua segunda que utiliza métodos de aprendizagem da língua de acolhimento que poderão ser úteis para a vida dentro e fora do espaço escolar.

No entanto, para muitos alunos, as dificuldades persistem na aprendizagem da língua. Primeiro temos que reconhecer as dificuldades da aprendizagem de uma língua que não é a materna, pelas suas grandes diferenças. Sendo, primeiramente a L2 totalmente desconhecida para os aprendentes, o seu processo de aprendizagem é feito através de transferência, que é, explicado de uma forma mais simplista, como sendo a relação entre o conhecimento anteriormente adquirido (LM) e aquela que se aprende (L2).

Quando existe uma atitude positiva pelo aprendente e motivada, mais facilmente se torna aberto à comunicação e partilha. Para além da motivação, é importante a existência de uma “resposta positiva do meio de imersão, evitando assim, choques de aculturação”⁶ No processo de aprendizagem da língua, se o aprendente resolve a dificuldade de aprendizagem encontrando paralelismo entre a LM e a L2, então está a efectuar uma interferência positiva. Se, pelo contrário, se o problema lhe causa estranheza e não consegue, de forma alguma, estabelecer alguma semelhança com a sua LM, temos, então, uma interferência negativa.

A todas essas dificuldades de aprendizagem de uma língua se juntam outros motivos que impedem a aprendizagem do Português.⁷

- Desencorajamento inerente a qualquer processo de aprendizagem;
- Insegurança, medo ou vergonha de errar;
- Desinteresse, aborrecimento ou frustração pessoal em relação à aprendizagem;
- Falta de implicação ao professor no processo e constatação por parte do aluno dessa situação;
- Falta de empatia com o professor;
- Incapacidade (real ou aparente) para “usar” a língua;
- Materiais de aprendizagem demasiado difíceis, desinteressantes ou desadequados ao conteúdo a trabalhar;
- Problemas de ordem física (doença, fome) ou psicológica (tristeza,...)

A isso, junta-se, igualmente a dificuldade que o professor tem em gerir a sua turma plurilinguística e pluricultural, não dispondo de materiais e metodologias de

⁵ retirado do artigo de Maria Helena Ança, *Da Língua Materna à Língua Segunda*, em Noesis nº 51

⁶ retirado do artigo de Radovan Miletic, *Hipóteses sobre Transfer na Aquisição da LS Através da Análise de Erros, Estudo de Caso*,

⁷ Carver e Dickinson, *Autonomie, apprentissage autodirigé et domaine effective dans l'apprentissage des langues en milieu scolaire, Etudes de Linguistique Appliquée*.

ensino adequados aos contextos culturais. Maria Helena Mateus, propõe as seguintes acções para auxiliar o professor de Português L2:⁸

- Criação de uma estrutura de apoio linguística a professores e escolas, para o acompanhamento de situações de multilinguismo, quer a nível de modelos de ensino, quer a nível de percurso escolar para os alunos oriundos das minorias linguísticas.
- Distribuição equilibrada, nas escolas, dos falantes das línguas minoritárias para assegurar uma efectiva situação de plurilinguismo e interculturalidade.
- Integração de informação sobre plurilinguismo e interculturalidade nos cursos de profissionais de informação.
- Produção de materiais básicos para o ensino de português com destaque para terminologias e todo o tipo de instrumentos lexicológicos.

II.2. A Abordagem comunicativa no Ensino de Uma Língua.

Considera-se a abordagem comunicativa, uma abordagem que considera a língua como instrumento essencial para a comunicação. O conhecimento que o falante tem da língua que está a aprender, não só tem de ser linguístico (os verbos, o vocabulário, as regras...) como também tem que ter o conhecimento das regras sociais, culturais que regem essa mesma língua no acto de comunicação. Desta forma, a abordagem comunicativa opõe-se à abordagem audiolingual, que dá mais primazia à forma do que o conteúdo, às regras gramaticais do que à comunicação. Sendo assim, "Na abordagem comunicativa, a unidade básica da língua, que requer atenção, é o ato comunicativo, ao invés da frase. A função se sobrepõe à forma, e significado e situações é que inspiram a planificação didática e a confecção de materiais. Competência comunicativa passa ser o objetivo em vez da construção de conhecimento gramatical ou da estocagem de formas memorizadas."⁹

O ensino de uma língua segunda utilizando esse método, está mais de acordo com as necessidades dos alunos estrangeiros, pois está mais perto da comunicação necessária, fora da realidade escolar.

Sendo assim, o professor de língua segunda, não pode apenas dar maior importância à consolidação de conhecimentos de regras fixas da gramática. O professor tem, acima de tudo, alunos que têm como objectivo aprender a língua para poder utilizá-la no seu uso diário. E, tendo essa informação, tem que preparar as aulas em que as quatro competências essenciais para a comunicação (ouvir, falar, ler, escrever) sejam praticadas.

II.2.1. Ouvir

O saber ouvir é uma característica essencial para uma comunicação plena. Por vezes a aprendizagem de uma língua torna-se complicada, pois não existe uma prática, por parte dos alunos de tomarem atenção e escutar o que o professor diz. E isso torna-se

⁸ Maria Helena Mira Mateus, *Objectivos e estratégias de uma política linguística*

⁹ Schütz, Ricardo. "Communicative Approach - Abordagem Comunicativa."

bastante mais complicado, igualmente, fora da sala de aula, pois certamente os alunos encontram problemas de comunicação, principalmente por não perceber o que se é dito. Cada falante, mesmo de uma língua materna tem uma maneira diferente de dizer as coisas, até mesmo, diferentes sotaques. Não existe muitas vezes, na sala de aula, a prática de exercícios de audição, para treinar o aluno a saber ouvir e compreender o que é dito. Sendo assim, “É necessário, (...) criar modelos variados, para treinar a capacidade auditiva para o aluno poder adquirir formas linguísticas correctas. O aluno tem que assumir um papel mais activo e o professor tem que ser claro quando dá as instruções, se possível, exemplificando com ilustrações ou gestos.”¹⁰ Outro exemplo de prática auditiva, seria o de utilização de materiais audiovisuais, como, por exemplo gravações áudio ou vídeo de diálogos ou situações variadas do dia-a-dia para o aluno ouvir, compreender e comentar.

II.2.2. Falar

Considera-se que “ A fala permite a comunicação verbal pela voz. Falar exige uma intencionalidade que pode variar: falar para informar, para ser informado, para dar ordens, para conversar. (...) contudo, a adequação daquilo que se quer comunicar ao(s) locutor(es), em determinada situação, exige o conhecimento explícito das regras que devem estabelecer a comunicação.”¹¹ Desta forma, tendo em conta que a intencionalidade da fala é variada, o professor deverá diversificar as suas estratégias de modo a simular situações de discurso de acordo com essas variações. Essas situações terão que estar de acordo com as situações variadas de comunicação, que surgem no dia-a-dia do aluno, fora da escola, como por exemplo, a conversa entre um vendedor e um comprador, em que surgem determinadas expressões próprias para essa situação: “por favor tem,...” ou se faz favor, eu quero/eu queria...” etc.. Esse tipo de simulações permite ao professor corrigir as formas gramaticais e a utilização adequada à situação. “É preciso que os alunos saibam quem fala, a quem, sobre o que falam, com que fim, onde e quando. Devem também aprender como se estrutura o diálogo, as formas de iniciar, manter e terminar uma conversa.”¹²

II.2.3. Ler

A leitura é uma outra forma de comunicação pois, “além de ser um acto de percepção, é também um acto de cognição.”¹³ O processo de distinguir os sinais, as diferenças entre os signos convencionais da escrita é essencial quando se trata de uma aprendizagem de leitura numa língua que não é a materna. As dificuldades da aprendizagem da leitura podem ser minimizadas com a tomada de consciência por parte do aluno, acerca de como a língua funciona. Ou seja, para uma leitura mais fácil, convém ao aluno saber, à partida, como é construída a língua, a nível sintáctico, fonológico e lexical.

Se, também, vemos a importância da ligação das várias competências com o que é feito na sala de aula, e com o que se passa fora dela, vemos a importância do hábito da

¹⁰ Adelina Gouveia e Luísa Solla, *Português Língua de Acolhimento, Educação Intercultural*, Cadernos de Formação para a Educação Intercultural, p. 88.

¹¹ Raquel Delgado-Martins, *Eu falo, tu ouves, ele lê, nós escrevemos*, in *Para a Didáctica do Português*, Seis estudos de Linguística, Edições Colibri, 1992.

¹² Joe Sheils, *La communication dans la salle de langue*. Conseil de l'Europe (trad. e adapt.), 1991.

¹³ op. cit. p.94

leitura de vários tipos de textos, sejam eles literários, funcionais, profissionais, dialogados, epistolares, etc. É, igualmente, importante que os alunos tenham contacto, com os chamados **documentos autênticos** para integrarem a leitura no seu quotidiano. E como pode funcionar a leitura dentro da sala de aula? A partir de um texto pode se fazer inúmeras actividades, com objectivos diversos: o de compreensão, o de apenas utilizar o texto para desenvolvimento vocabular ou para trabalhar com determinada parte da gramática. O professor pode aproveitar e também fazer actividades de “pré-leitura”, pedindo ao aluno uma pesquisa prévia sobre o assunto que irá ser abordado, ajudando-o assim a prepará-lo para a compreensão do texto a ler. Outra actividade útil poderá ser o da construção de guiões de leitura, ajudando assim o aluno a analisar mais de perto e identificar diferentes tipos de discursos, ou modos de construção de um texto.

A leitura em si do texto poderá ser igualmente importante. Existem dois tipos diferentes de leitura: a silenciosa e a oral. O aluno ao ler o texto silenciosamente, está mais atento ao conteúdo. Ao ler um texto oralmente o aluno fica mais preocupado com a forma, do que com o conteúdo. E isso acontece mais, quando um aluno lê um texto de língua não materna. Desta forma, a leitura silenciosa e a posterior análise do conteúdo do texto devem ser feitos antes da leitura oral. Esta acaba por ser bastante útil para o aluno desenvolver as suas capacidades de pronúncia, ajudando a se exprimir mais facilmente quando fala.

II.2.4. Escrever

Esta última competência é considerada a mais difícil na aprendizagem da língua, pois obedece a determinadas regras rígidas, na construção de frases, na organização das palavras, na acentuação e na pontuação, para poder transmitir ideias.

A leitura acaba por ser a competência que está mais ligada à aprendizagem da escrita, pois para que um aluno escreva uma carta, ou descreva uma paisagem ou uma história sobre um determinado assunto, tem que ler várias cartas e vários tipos de textos para poder reconhecer que existem neles características próprias. O mesmo acontece com o que o aluno aprendeu a nível de regras gramaticais, de léxico. Tem que, à partida, conhecer o suficiente para poder escrever. Por isso, acaba por ser um processo bastante gradual, que acompanha diversas etapas de aprendizagem. Por exemplo, um aluno aprendeu na aula a utilização dos diversos Pretéritos e desta forma, poderá escrever o que fez no fim-de-semana passado. Se tem de escrever uma carta a um amigo, já aprendeu antes como é a sua estrutura e que vocabulário utilizar.

Estes são apenas alguns dos exemplos de uma prática da Língua Segunda na sala de aula, através da abordagem comunicativa. Como já foi anteriormente referido, a abordagem comunicativa é a que mais se aproxima da realidade, pois a aprendizagem da língua faz mais sentido quando é utilizada fora da sala de aula. A língua que falamos é o veículo de comunicação por excelência, pois é através dela que nos exprimimos e transmitimos as nossas ideias. Desta forma, o professor de Língua Segunda tem que utilizar métodos que ajudem os seus alunos a desenvolver todas as competências, para que fora da sala de aula, entenda a língua que o acolhe e saiba utilizá-la.

Conclusão

Estes são apenas poucos dos inúmeros exemplos do que se pode ser feito no ensino de Língua Segunda. É certo que o ambiente em sala de aula é restrito e que não pode, devido às suas limitações, corresponder à realidade do que se passa fora das suas paredes. No entanto, o professor de Português Língua Segunda, deve utilizar métodos de ensino, actividades, tarefas variadas, que tentem, de alguma forma, ajudar o aluno a utilizar a língua, sem grandes dificuldades no seu dia-a-dia. A língua é o veículo de comunicação por excelência. É através dela que nos comunicamos e nos exprimimos. O aluno, que vive numa sociedade cuja língua desconhece, não se consegue integrar totalmente quer na escola, pois o Português é a língua utilizada em outras disciplinas e, quer fora dela. Não se deve, contudo, impor definitivamente o ensino do Português, obrigando a esses jovens esquecerem, completamente, a sua Língua Mãe. Tem que haver uma política mais empreendedora, no sentido de ajudar essas crianças a aprenderem de uma forma eficaz a língua oficial, de acordo com as suas necessidades para se integrarem totalmente na sociedade. Mas, por outro lado, a escola tem que construir condições para que haja respeito pela variedade cultural e linguística dos seus alunos. Ainda, recentemente, foi aprovada pelo Parlamento Europeu a proposta, apresentada pelo eurodeputado Miguel Portas, que defende um sistema de ensino multilíngue nas escolas, no sentido de melhorar a integração dos filhos dos imigrantes e de assegurar a diversidade linguísticas nas escolas, não se limitando apenas ao ensino das línguas mais faladas na União Europeia. Neste sentido se fala de uma política de acção para uma Educação Multicultural em que o ensino da língua tem um papel fundamental. O objectivo é ensinar a Língua Oficial do país que acolhe as minorias, mas ao mesmo tempo continuar a assegurar o ensino da sua Língua Mãe.

Em suma, a escola, ao se deixar influenciar pelas mudanças da sociedade, deve, ao mesmo tempo, contribuir para a sua construção, pois é ela que prepara os futuros homens e mulheres, que respeitam o outro e condenam o racismo ou as desigualdades sociais. O ensino das línguas, faladas pelas minorias, ajudará certamente a que os jovens, que não pertencem a essas minorias, reconheçam e respeitem a variedade cultural e linguística, e saiam da escola com um conhecimento mais enriquecedor do mundo que o rodeia.

Bibliografia

AMOR, Emília (1997), *Didáctica do Português*, Lisboa: Texto Editora.

ANÇA, Maria Helena, (1999) *Da Língua Materna à Língua Segunda*, Noesis, <http://www.iie.min-edu.pt/edicoes/noe/noe51/dossier1.htm>

CARDOSO, Carlos, (1994) *Diferenciar Pedagogias para Promover Igualdade. Porquê?, Pensar Avaliação, Melhorar a Aprendizagem*, ME/IIIE, Lisboa

CARVER, D. e DICKINSON, L. (1981), *Autonomie, apprentissage autodirigé et domaine effective dans l'apprentissage des langues en milieu scolaire, Etudes de Linguistique Appliquée.*

CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO BÁSICO (2001), *Competências Essenciais*, ME/DEB

DELGADO-MARTINS, Raquel, (1992) *Eu falo, tu ouves, ele lê, nós escrevemos*, in *Didáctica do Português, Seis estudos de Linguística*, Edições Colibri.

FISHER, Gloria, (2005), *Diversidade Linguística, Integração e Portfolio Europeu de Línguas*, Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, www.iie.min-edu.pt

GOUVEIA, Adelina e SOLLA, Luísa, *Português Língua de Acolhimento, Educação Intercultural*, Cadernos de Formação para a Educação Intercultural.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO (1997), Lisboa: Edições Asa.

MATEUS, Helena Mira, *Objectivos e Estratégias de Uma Política Linguística*, in Conferência *Uma Política de Língua para o Português*, na Universidade do Porto, XVIII Encontro Nacional da APL.

MILETIC, Radovan, (2004), *Hipóteses de Transfer na Aquisição da Língua Segunda Através da Análise de Erros, Estudo de Caso*, Revista Digital de Didáctica de PLN, Centro Virtual Camões, ww.instituto-camoes.pt

MIRANDA, Filipa Bizarro, (2004) *Educação Intercultural e Formação de Professores*, Porto Editora.

SALES, A. e GÁRCIA, R. Lopez, (1997), *Programas de Educación Intercultural*, Bilbao: editorial Desclée de Brouwer, SA

SHEILS, Joe, (1981), *La Communication dans la salle de langue*, Conseil de L'Europe.

SHÜTZ, Ricardo, (2003), *Communicative Approach, Abordagem Comunicativa*, "English Made in Brazil", www.sk.com.br

